

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: \_\_\_\_\_

14

Data: 18 de Março de 1977

Pg.: \_\_\_\_\_

**Ismarth  
admite  
conflito**

ESP. 18-3-77  
Da sucursal de  
BRASÍLIA

A Funai teria sido consultada por outros organismos governamentais, como determina a lei, quando se tratou da abertura de estradas em regiões onde havia índios, na Amazônia? Em resposta a essa questão, formulada pelo deputado Jerônimo Santana, o general Ismarth de Araújo Oliveira, depondo ontem perante a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o problema fundiário no país, afirmou que os traçados dessas rodovias já estavam planejados muito antes da criação da Funai, mas reconheceu que há falta de entrosamento entre os órgãos que atuam na região. Garantiu, porém, que em sua administração nenhuma nova estrada cortou áreas indígenas, e que as que estavam planejadas tiveram sua construção embargada.

O depoimento do presidente da Funai foi considerado por alguns como decepcionante, pois ele procurou não responder abertamente às perguntas mais delicadas feitas pelos deputados, como sobre as divergências entre a política defendida pelo órgão que ele dirige e a preconizada pelo ministro Rangel Reis, do Interior. Embora as discordâncias tenham sido amplamente noticiadas pela imprensa no final do ano passado, Ismarth preferiu dizer que "não houve qualquer incidente" e que o ministro "é um homem sensível ao problema do índio".

O deputado Jerônimo Santana perguntou ao presidente da Funai se a Funai chegou a ser ouvida pelos organismos governamentais encarregados da abertura de estradas na Amazônia. Muitas delas cortaram indiscriminadamente áreas indígenas, como a Manaus-Caracará, a Cuiabá-Santarém e a Brasília-Manaus. Ismarth disse que os traçados dessas rodovias já estavam planejados muito antes da criação da Funai, mas reconheceu que há falta de entrosamento entre os órgãos que atuam na Amazônia Legal. Ele garantiu que pelo menos na sua administração nenhuma nova estrada cortou áreas indígenas e as que estavam planejadas tiveram a sua construção embargada.

**MISSÕES**

Os deputados mostraram-se interessados, particularmente, no relacionamento da Funai com as missões religiosas. Ismarth deixou claro que diferencia bem essas missões do seu órgão representativo, o Conselho Indigenista Missionário "Tenho defendido constantemente as missões dos ataques que sofrem, especialmente por parte dos interessados em explorar as terras dos índios. Estas missões têm realmente procurado defender o índio, mas o Cimi continua deturpando os fatos quando acusa, e suas críticas de modo algum beneficiam os índios".

O deputado Mario Frota (MDB-CE) manifestou-se contra as afirmações de Ismarth de que as restrições feitas pela Igreja ao trabalho da Funai, em geral, são superficiais e exageradas. "Não há exagero por parte da Igreja. Talvez haja exagero por parte do general ao fazer essas afirmações".

A situação dos posseiros que têm sido retirados das áreas indígenas que invadiram foi abordada pelo deputado Jerônimo Santana. "Nunca mandei que posseiros invadissem terras indígenas em Rondônia, como já foi levantado — ele disse —, mas sou totalmente contra os métodos arbitrários que estão sendo utilizados para desalojar estas famílias que se fixaram especialmente no projeto Ji-Paraná e outros em Rondônia, onde vivem os índios Suruí. Porque essas terras não foram delimitadas antes pela Funai? Agora que já estão ocupadas, o órgão decide proteger o índio e os posseiros são tratados como subversivos sofrendo toda a sorte de pressões".